



CÂMARA MUNICIPAL DE ALJEZUR

## **ACTA N.º 21/03**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA**

**LOCAL:** Sala das Sessões dos Paços do Município

**DATA:** 14 de Outubro de 2003

**INICIO:** às 10.00 horas

**ENCERRAMENTO:** às 13.30 horas

**APROVADA EM:** 14 de Outubro de 2003



**A REUNIÃO INICIOU-SE COM A PRESENÇA DE:**

**PRESIDÊNCIA:** Manuel José de Jesus Marreiros, Presidente da Câmara Municipal de Aljezur

**VEREADORES PRESENTES:**

José Manuel Velhinho Amarelinho  
José Manuel Lucas Gonçalves  
José Júlio Jesus Silva Gonçalo  
Ana Paula Duarte da Silva Canelas



A reunião foi secretariada pelo Chefe de Secção de Expediente Geral, José da Silva Gregório



**ABERTURA DA REUNIÃO:** Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas 10h00m.



## DELIBERAÇÕES TOMADAS

A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INTRODUIR NA ORDEM DO DIA OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-----

- RECTIFICAÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ALJEZUR.-----

- PAULA SOFIA MARGUES CONCEIÇÃO - PEDIDO DE SUBSIDIO DE ALIMENTAÇÃO PARA SEU FILHO.

**ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** - Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, que a Acta da presente reunião fosse aprovada no final, em minuta.-----

### I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vereador Júlio Gonçalo questionou o Senhor Presidente sobre o dimensionamento da Escola Básica Integrada de Aljezur e a sua falta de resposta já para o imediato e médio prazo.-----

O Senhor Presidente informou que não tem conhecimento de quaisquer carências de espaço na Escola no actual momento e que tendo presente que a População Escolar está a diminuir não prevê no futuro que a Escola tenha dificuldades quanto ao seu dimensionamento.-----

O Senhor Vereador Júlio Gonçalo perguntou igualmente ao Senhor Vice-Presidente se relativamente à licença de utilização emitida em Setembro de dois mil e dois ao prédio pertença da Imozur, sita em Barrada - Igreja Nova, Aljezur, se já foram concluídas as infra-estruturas inerentes ao mesmo.-----

O Senhor Vice-Presidente informou o Senhor Vereador que de momento não estão concluídas na sua totalidade, mais informou que durante o prazo que havia sido concedido para a conclusão das infra-estruturas do Empreendimento foram feitas diversas diligencias no sentido de alertar o Promotor para a sua conclusão. O Senhor Vereador Júlio Gonçalo disse que relativamente ao Bloco A, não havia qualquer prazo nem deliberação desta Câmara municipal para conclusão das infra-estruturas, mais acrescentou que a referida licença segundo informação do Senhor Presidente da Câmara foi emitida com base no Relatório do Engenheiro responsável pela obra.-----

O Senhor Vereador perguntou ainda ao Senhor Presidente se foram tomadas eventualmente algumas medidas relativamente ao referido Engenheiro, uma vez que se veio a constatar que as obras das infra-estruturas ainda não estavam concluídas.-----

O Senhor Presidente respondeu que a declaração emitida pelo técnico está conforme a Lei, referindo-se á conclusão de Edifícios Habitacionais que foram construídos em conformidade com o projecto aprovado pela Câmara.-----

O Senhor Vereador Júlio Gonçalo perguntou ainda ao Senhor Presidente qual a situação relativamente ao Museu do Mar - Carrapateira.-----

O Senhor Presidente respondeu que o Processo está parado e que não foi possível ainda avançar com o Processo de Musealização.-----

A Senhora Vereador Ana Paula Canelas perguntou ao Senhor Presidente se relativamente à construção das fossas sépticas existe algum critério específico para a sua construção, e alertou ainda para o facto de no Sector D da Urbanização do Vale da Telha se encontrarem eventualmente algumas fossas com problemas.-----

O Senhor Presidente informou a Senhora Vereadora de que as fossas podem ser estanques ou com infiltração no solo em função das características do terreno e que as mesmas são aprovadas após parecer da Direcção Regional do Ambiente. -

### II - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**PONTO UM - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - Depois de ter sido lida, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião ordinária realizada no dia sete de Outubro de dois mil e três.-----

**PONTO DOIS - LEGISLAÇÃO:** - Foi apresentada a seguinte legislação, da qual a Câmara tomou conhecimento:-----

**AVISO** número nove mil seiscentos e vinte e quatro barra dois mil e três, do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, publicado na Segunda Série, do Diário da República número duzentos e treze, de quinze de Setembro, que publica os valores dos índices de mão-de-obra relativos aos meses de Abril, Maio e Junho de dois mil e três.-----

**DESPACHO** normativo número trinta e nove barra dois mil e três, dos Ministério das Finanças e da Administração Interna, publicado na Primeira Série B, do Diário da República número duzentos e vinte e dois, de vinte e cinco de Setembro, que estabelece as normas relativas à atribuição, a título de emergência, dos apoios excepcionais previstos no número um, nas alíneas b) e c) do número dois e nos números quatro e seis do anexo da Resolução do conselho de Ministros número cento e seis traço B barra dois mil e três de onze de Agosto.-----

**DECRETO-LEI** número duzentos e vinte e sete barra dois mil e três, do Ministério da Administração Interna, publicado na Primeira Série A, do Diário da República número duzentos e vinte e três, de vinte e seis de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva número dois mil e dois barra quarenta e um barra CE, da Comissão, de dezassete de Maio, e aprova o Regulamento relativo á velocidade máxima de Projecto, ao binário máximo e à potência útil máxima dos veículos a motor de duas ou três Rodas.-----

**DECRETO-LEI** número duzentos e trinta e seis barra dois mil e três, do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, publicado na Primeira Série A, do Diário da República número duzentos e vinte e seis, de trinta de Setembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva número mil novecentos e noventa e nove barra noventa e dois barra CE, do Parlamento Europeu e do concelho, de dezasseis de Dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da protecção da segurança e da saúde dos trabalhadores susceptíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas.-----

**PORTARIA** número mil cento e setenta e três traço S barra dois mil e três, dos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das cidades, Ordenamento do Território e Ambiente., publicado na Primeira Série B, do Diário da República número dois de Outubro, cria a Zona de Caça Municipal da Carrapateira [processo número três mil trezentos e setenta e nove traço DGF], pelo período de seis anos, e transfere a sua gestão para o Clube Cultural e Recreativo Os amigos da Carrapateira.-----

#### **PONTO TRÊS - FINANÇAS MUNICIPAIS**-----

**PONTO TRÊS PONTO UM - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia treze de Outubro de dois mil e três do qual a Câmara tomou conhecimento e que, apresentava em Operações Orçamentais um saldo de duzentos e oitenta mil trezentos e vinte e um euros e dezassete cêntimos, e em Operações não Orçamentais um saldo de trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e trinta e três euros e quarenta cêntimos.-----

**PONTO TRÊS PONTO DOIS - DÉCIMA QUARTA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E SÉTIMA ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA DOIS MIL E TRÊS:** - A Câmara deliberou, aprovar por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Júlio Gonçalo, a décima quarta Modificação ao Orçamento e a sétima alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano dois mil e três, cujos documentos se encontram arquivados em pasta própria.-----

**PONTO TRÊS PONTO TRÊS - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:** - A Câmara deliberou, aprovar por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Júlio Gonçalo, a primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, cujos documentos ficam arquivados em pasta própria, e remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

**PONTO QUATRO - ORÇAMENTO DE ESTADO PARA DOIS MIL E QUATRO - INVESTIMENTOS NO CONCELHO DE ALJEZUR - PROPOSTA:** - Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve: ---

#### **"PROPOSTA**-----

#### **O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2004 E OS INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL NO CONCELHO**-----

Estando em preparação mais um OGE, a Câmara Municipal de Aljezur vem mais uma vez reflectir e apelar ao sentido de solidariedade que deve prevalecer na distribuição dos investimentos do Estado.-----

Não é novidade que o Concelho de Aljezur tem uma economia deprimida, um tecido empresarial fraco e um ordenamento do território de tal modo restritivo que impede a grande maioria das intenções de investimento no Concelho. -----  
Classificado como Parque Natural, Rede Natura 2000, Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, o Concelho de Aljezur é assim na sua quase totalidade, um imenso território que todos consideram de grande importância ecológica e ambiental, para o País e para a Europa.-----

Tal paixão ambiental que tem merecido as maiores preocupações do Estado e da Europa, não é contudo concretizada em políticas sérias de preservação e muito menos de políticas que conduzam ao desenvolvimento deste território.-----

Não obstante a Resolução do Conselho de Ministros número cento e dois barra noventa e seis, de oito de Julho e a ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2002, é certo que tais documentos não têm passado de meras declarações de princípios e sem qualquer aplicação concreta no desenvolvimento das Áreas Protegidas.-----

Aljezur tem vindo a afastar-se dos níveis de desenvolvimento do litoral sul do Algarve e infelizmente os cenários que nos têm sido propostos, aceleram esse afastamento.-----

Podemos afirmar que houve uma política de ordenamento do território, que não só, não evitou a destruição de valores naturais [veja-se a destruição dos aspectos ambientais junto à Costa e a destruição provocada pelos incêndios], como igualmente contribuiu para o empobrecimento deste território.-----

Ao contrário da propalada discriminação positiva, temos efectivamente sido negativamente discriminados.-----

Agora, após [mais um] grande incêndio em Agosto de dois mil e três [consumiu grande parte da REN e Rede Natura do Concelho], ficámos ainda mais debilitados na nossa economia, pelo que se impõe um verdadeiro plano de desenvolvimento que enquadre, medidas de discriminação positivas, não só face às restrições do ordenamento do território, as quais devem ser aliviadas através de uma política de ordenamento mais justa e equilibrada, como igualmente face às dificuldades provocadas pelo incêndio.-----

Nestes termos, a Câmara Municipal de Aljezur solicita ao Governo, a melhor ponderação para as seguintes propostas:-----

**PONTO UM** - Alteração dos critérios de distribuição das transferências do Estado para as autarquias, valorizando as transferências para os municípios cujo território é abrangido por áreas protegidas e outras áreas classificadas;-----

**PONTO DOIS** - Dar aplicação efectiva à Resolução do Conselho de Ministros número cento e dois barra noventa e seis, de oito de Julho;-----

**PONTO TRÊS** - Dar aplicação efectiva à ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2002, nomeadamente na componente que se refere aos apoios para os Municípios com áreas protegidas e outras áreas classificadas;-----

**PONTO QUATRO** - Aprovar medidas de discriminação positivas, que se traduzam num Plano Integrado de Desenvolvimento e de Incentivos, para os Concelhos com áreas protegidas e para aqueles agora muito afectados, na sua economia, pelos incêndios;-----

**PONTO CINCO** - Acelerar com urgência a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, do Regime da Reserva Ecológica e da Rede Natura 2000, de forma a definir com rigor os espaços verdadeiramente importantes, do ponto de vista da conservação da natureza e aplicar efectivas medidas de conservação e por outro lado permitir o desenvolvimento e crescimento das actividades económicas geradoras de riqueza e de emprego;-----

**PONTO SEIS** - Efectuar as obras previstas no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines/Burgau, o primeiro plano do género a ser aprovado no país e onde tem sido feito menos investimento;-----

**PONTO SETE** - Prever no OGE para 2004 as seguintes iniciativas:-----  
- Construção da Variante de Aljezur;-----

- Melhorias no Portinho da Arrifana-Aljezur [construção de nova rampa, alteamento do molhe de protecção, desassoreamento, etc.]-----
- Construção de molhe de protecção no Portinho do Forno-Carrapateira – Aljezur [estudo prévio já efectuado pela CCDR-Algarve;-----
- Iniciar o projecto de execução do IC4;-----
- Construção do quartel da GNR de Aljezur;-----
- Aprovação do Gabinete Técnico Local para o Vale da Telha;-----
- Recuperação do castelo de Aljezur;-----
- Execução do projecto de Regularização da Ribeira de Aljezur e construção da Barragem das Cercas [estudo prévio já efectuado pelo INAG];-----
- Construção ou concessão da construção do Porto de Recreio da Arrifana;-----
- Apoio às escavações arqueológicas do Ribat de Arrifana [a mais importante descoberta arqueológica do período árabe, em Portugal];-----
- Apoio aos Bombeiros Voluntários de Aljezur para aquisição de duas viaturas pesadas de combate a fogos florestais e outro equipamento [proposta já remetida ao Senhor Ministro da Administração Interna e Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil];-----
- Apoio à construção do Quartel dos Bombeiros de Odeceixe;-----
- Apoio financeiro às acções de implementação no terreno, do Plano Intermunicipal de Intervenção na Floresta [Aljezur - Lagos e Vila do Bispo].-----

A presente Proposta será remetida ao Senhor Primeiro Ministro, Ministro das Obras Públicas, Secretário de Estado das Obras Públicas, Ministro das Cidades, Ambiente e Ordenamento do Território, Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território, Ministro da Administração Interna, Secretário de Estado da Administração Interna, Ministro da Cultura, Secretário de Estado da Cultura, Governador Civil, Presidente da CCDR - Algarve e Grupos Parlamentares.-----

Posta à votação, foi a presente proposta aprovada, por unanimidade.-----

**PONTO CINCO – CONCESSÃO DO DIPLOMA DE COMPETÊNCIAS BÁSICAS EM TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TERMO DE ACEITAÇÃO:** - Foi presente a informação do Núcleo de Informática, datada de vinte e cinco de Setembro, acerca da concessão do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação, dando conta de que a candidatura apresentada pelo Município ao POSI tinha sido aprovada.-----

Mais informa da necessidade de abertura de conta bancária específica ao referido programa, assim como, da desnecessariedade de manter a tarifa de cinco euros pela emissão do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação por os custos serem suportados pelo POSI.-----

Face à informação do Núcleo de Informática, a Câmara deliberou, por unanimidade, promover a respectiva modificação ao Orçamento, abrir uma Conta específica na Caixa Geral de Depósitos e revogar a deliberação de treze de Agosto de dois mil e dois no que respeita à cobrança de cinco euros pela emissão de cada Diploma.-----

**PONTO SEIS – AQUISIÇÃO DE TERRENO – ARTIGO SETENTA E TRÊS – SECÇÃO AR – BARRADA – ALJEZUR – FIDELINO DUARTE FOGAÇA:** - Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve:-----

**“PROPOSTA**-----

Fidelino Duarte Fogaça – Artigo setenta e três – Secção AR – Barrada/Aljezur, com a área de mil seiscentos e vinte e cinco metro quadrados – permuta com o lote número trinta e um – primeira fase – Loteamento do Espartal;-----

Dos mil seiscentos e vinte e cinco metros quadrados, setenta e dois metros quadrados virgula setenta destinar-se-ão às Infra-estruturas de Acesso à Nova Escola Básica Integrada de Aljezur a integrar no Domínio Público Municipal;-----

A Área restante passará a fazer parte do Domínio Privado Municipal.”-----

Pelo Senhor Presidente foi feita a seguinte intervenção:-----

Considerando que o terreno em apreciação beneficiou da construção de diversas infra-estruturas construídas pela Câmara Municipal, também em benefício da nova Escola Básica Integrada; considerando que o referido terreno ficou assim

muito valorizado, à custa dos investimentos municipais, considero que a Câmara Municipal deverá fazer todos os esforços para a sua aquisição, evitando assim especulações imobiliárias no futuro. Proponho assim, à aprovação da Câmara, a Proposta supra do Senhor Vice-Presidente para permuta do mencionado terreno com o lote numero trinta e um – Primeira Fase do Loteamento do Espartal, e que é propriedade desta Câmara Municipal, atribuindo-se à referida permuta o valor de trinta mil euros por cada um dos prédios. -----

A referida proposta foi aprovada por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Ana Paula Canelas e o voto contra do Senhor Vereador Júlio Gonçalves, que fez a seguinte declaração de voto: -----

“Voto contra porque não posso concordar com a delapidação do património municipal visto o Lote do Loteamento do Espartal a preços correntes de mercado valerá pelo menos quarenta mil euros, o terreno rústico em causa tem uma avaliação pedida pela Câmara Municipal no início da compra dos respectivos terrenos no valor de três euros e trinta cêntimos o metro quadrado, peço que seja arquivada a esta declaração de voto uma cópia da respectiva avaliação solicitada pela Câmara Municipal.” -----

**PONTO SETE – CORRESPONDÊNCIA:** - Foi presente a correspondência a seguir discriminada, da qual a Câmara tomou conhecimento e deliberou como a seguir se indica:-----

**TERRAS DO INFANTE – ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS – ENVIO DE ACTAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** - Foi presente o ofício número cento e vinte dois datado de vinte e três de Setembro do corrente ano em que envia cópia das actas números três e quadro, do Conselho de Administração das Terras do Infante – Associação de Municípios.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – INFORMAÇÃO DO NÃO CUMPRIMENTO, POR PARTE DA POLICIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, DE DILIGÊNCIAS SOLICITADAS POR MUNICIPIOS, NO ÂMBITO DE PROCESSO CONTRA-ORDENACIONAL:** - Foi presente o ofício número dois mil e trinta datado de vinte e cinco de Setembro do corrente ano, em que envia cópia do ofício remetido ao Secretário de Estado da Administração, referente ao não cumprimento, por parte da Policia de Segurança Pública, de diligências solicitadas por Municípios, no âmbito de Processo Contra-Ordenacional.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARQUEOLÓGICO DE ALJEZUR – RIBÂT DA ARRIFANA – AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS:** - Foi presente o ofício número duzentos e oitenta e três, datada de vinte e nove de Setembro do corrente ano, enviando cópia de um ofício enviado pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, autorizando os trabalhos arqueológicos no Ribat da Arrifana.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR – INFORMAÇÃO ACERCA DA APROVAÇÃO, DA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO SOBRE A INSTALAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS NO CONCELHO DE ALJEZUR:**

- Foi presente o ofício número trinta e cinco datado de vinte e sete de Setembro do corrente ano, informando que na sessão realizada em vinte e seis de Setembro de dois mil e três, foi aprovada a Emissão de Declaração de Interesse Público sobre a instalação dos Parques Eólicos no Concelho de Aljezur.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR – ENVIA MOÇÃO RELATIVA AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DE DOIS MIL E TRÊS:** - Foi presente o ofício número quarenta e três, datado de vinte e sete de Setembro do corrente ano, enviando cópia da moção referente a Incêndios Florestais dois mil e três, aprovada na sessão realizada em vinte e seis de Setembro de dois mil e três.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR – APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO, NO VALOR DE QUATROCENTOS MIL EUROS:** - Foi presente o

ofício número trinta e quatro, datado de vinte e sete de Setembro do corrente ano, informando que na sessão realizada em vinte e seis de Setembro de dois mil e três, foi aprovado o empréstimo a longo prazo no valor de quatrocentos mil euros.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES - SECÇÃO DE MUNICIPIOS COM ÁREAS PROTEGIDAS:** - Foi presente o ofício dois mil e três, datado de dezoito de Setembro do corrente ano, enviando cópia da carta dirigida ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território, no âmbito da Secção de Municípios com Áreas Protegidas - Portaria número setecentos e cinquenta e quatro barra dois mil e três de oito de Agosto.-----

Tomado conhecimento.-----

**SOCIEDADE RECREATIVA ALJEZURENSE - ENTREGA DO PRÉDIO, PERTENÇA DESTA CÂMARA MUNICIPAL, ONDE TEM VINDO A FUNCIONAR NOS ÚLTIMOS ANOS, A SEDE DA ASSOCIAÇÃO:** - Foi presente o ofício sem número, datado de vinte e cinco de Setembro do corrente ano, da Direcção da Sociedade Recreativa Aljezurense, em que informa que cessou a sua Actividade como Associação, devolvendo o Edifício Sede, pertença da Câmara Municipal e coloca o seu espólio à disposição da Câmara Municipal de Aljezur.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a entrega do prédio bem como a doação dos Bens que pertenciam à referida Associação.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALJEZUR:** - Foi presente o ofício número onze mil e vinte e oito, datado de trinta de Setembro do corrente ano, informando que deliberou na sua reunião realizada em vinte e quatro de Setembro do corrente ano, conceder um subsidio no valor de quinhentos euros aos Bombeiros Voluntários de Aljezur.-----

Tomado conhecimento.-----

**CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A - INFORMAÇÃO ACERCA DO POSTO DE CORREIOS DE ODECEIXE:** - Foi presente o ofício número cinquenta e um mil setecentos e vinte e quatro, datado de seis de Outubro do corrente ano, do Conselho de Administração dos CTT - Correios de Portugal, SA, enviando esclarecimentos sobre o funcionamento do Posto de Correios de Odeceixe.-----

Tomado conhecimento.-----

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES - ANTECIPAÇÃO DA APOSENTAÇÃO:** - Foi presente a circular número cento e quarenta barra dois mil e três, datada de três de Outubro do corrente ano, enviando cópia do ofício dirigido à Ministra das Finanças, relativamente ao despacho número oitocentos e sessenta e sete barra zero três barra MEF, sobre a antecipação da Aposentação.-----

Tomado conhecimento.-----

### III - EDUCAÇÃO

**PONTO UM - SUBSÍDIOS DE ESTUDO - PEDIDO DE REAPRECIAÇÃO DE CANDIDATURAS:**-----

- **SANDRA LUÍSA JOAQUIM PACHECO:** - Foi presente o requerimento em que Sandra Luísa Joaquim Pacheco, solicita a reanálise do processo de atribuição de Auxílio Económico ao seu filho, Diogo Alexandre Pacheco Teodoro, que frequenta o Jardim de Infância de Aljezur, solicitando a atribuição do escalão A, face à grave situação económica em que se encontra.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação anterior sobre o referido assunto e atribuir o escalão A.-----

- **VERA LÚCIA OLIVEIRA FERNANDES:** - Foi presente o requerimento em que Vera Lúcia Oliveira Fernandes, solicita a reanálise do processo de atribuição de Auxílio Económico a sua filha, Sara Filipa Oliveira Santos, que frequenta o Jardim de Infância de Aljezur, face à grave situação económica em que se encontra.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação anterior sobre o referido assunto e atribuir o escalão A.-----

**PONTO DOIS - JÚLIO VITORINO MENDES ASCENÇÃO - PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR:** - Foi presente o requerimento em que Júlio Vitorino Mendes

Ascensão, natural de Boa Vista – Cabo Verde, residente em Nisa, solicita à Câmara Municipal de Aljezur a aquisição de um computador, sendo o valor do mesmo descontado no subsídio que lhe é atribuído por esta Autarquia, ao abrigo do Protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Aljezur e a Câmara da Boa Vista – Cabo Verde.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, adquirir o equipamento solicitado e suspender o pagamento da Bolsa de Estudo, até perfazer a totalidade do montante gasto com a aquisição do referido equipamento.-----

#### IV – HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

**PONTO UM – ABERTURA DE CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE TRÊS LOTES NA URBANIZAÇÃO MUNICIPAL DA CRUZ:** – Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve:-----

##### “PROPOSTA-----

Proponho nos termos da alínea a) do Artigo sexto do Regulamento para Venda de Lotes para Construção de Habitação, em Loteamentos Municipais, que seja aberto concurso, pelo prazo de trinta dias seguidos, após a publicação de edital, para atribuição de três lotes, designados pelos números quinze, dezasseis e dezassete, com a área de cento e sessenta e cinco metros quadrados cada, do Loteamento Municipal da Cruz, Aljezur.-----

Aos lotes números quinze e dezasseis poderão concorrer todos os interessados que se enquadrem na alínea b) do artigo terceiro, conjugado com o número um e alíneas b) e d) do número dois do artigo sétimo [casais de namorados que não possuam habitação própria ou terreno apto para construção de habitação], do Regulamento supra mencionado.-----

Ao lote número dezassete poderão concorrer todos os candidatos que se enquadrem na alínea c) do artigo terceiro, conjugado com o número um e alíneas c) e d) do número dois do artigo sétimo [não casados e que não possuam habitação própria ou terreno apto para construção de habitação], do Regulamento atrás referido.-----

Proponho ainda, de acordo com o artigo décimo quarto do Regulamento atrás referido, fixar o preço de venda dos lotes em cinquenta euros por metro quadrado.”-----

Posta à votação, foi a presente proposta aprovada, por unanimidade.-----

**PONTO DOIS – CRISTOVÃO MIGUEL OLIVEIRA CLARO E VERA LÚCIA DA SILVA ANTÓNIO – DESISTÊNCIA DA AQUISIÇÃO DO LOTE NÚMERO SETE DO LOTEAMENTO DOS MALHADAIS – RESTITUIÇÃO DA IMPORTÂNCIA PAGA NO ACTO DA ASSINATURA DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA E DA CAUÇÃO:** - Foi presente o requerimento datado de vinte nove de Setembro do corrente ano, em que Cristóvão Miguel Oliveira Claro e Vera Lúcia da Silva António, residentes na Rua 25 de Abril, número setenta e oito, em Odeceixe, vêm informar que pretendem desistir da aquisição do lote número sete, sita no Loteamento Municipal dos Malhadais, em Odeceixe, em virtude da impossibilidade da obtenção de Financiamento para a construção de Habitação, pelo que solicitam a restituição da importância paga no acto da assinatura do contrato de promessa de compra e venda e da caução, no valor total de quatro mil euros.-----

Face à informação número treze barra zero três, datada de três de Outubro, da Divisão Administrativa e Financeira, a Câmara deliberou, por unanimidade, fazer a restituição da importância de três mil setecentos e cinquenta euros correspondente aos vinte cinco por cento do valor do lote pago no acto da assinatura do contrato de promessa de compra e venda do referido Lote.-----

**PONTO TRÊS – MARIA ISABEL DOS SANTOS LEMOS – CASA NÚMERO DEZ – LOTE B1 – BAIRRO “25 DE ABRIL” – REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA MENSAL, EM VIRTUDE DA ALTERAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR:** - Foi presente o requerimento em que Maria Isabel dos Santos Lemos, residente no Bairro 25 de Abril, Casa número dez. Lote B1, em Aljezur, na qualidade de arrendatária, solicita a reanálise do valor da renda mensal, uma vez que os seus rendimentos não permitem suportar os quarenta euros mensais.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, comunicar que o valor fixado pela Câmara é o valor mínimo para o Bairro 25 de Abril.

**PONTO QUATRO – CONCURSO PARA ARRENDAMENTO DE CATORZE FOGOS DESTINADOS A HABITAÇÃO SOCIAL EM BARRADA – ALJEZUR – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DOS CONCORRENTES:** – Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve:

**“PROPOSTA**

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E VERIFICAÇÃO DE CONDIÇÕES DE CARÊNCIA DE HABITABILIDADE NO ÂMBITO DO CONCURSO PARA ARRENDAMENTO DE CATORZE FOGOS**

Tendo a Câmara Municipal de Aljezur adquirido recentemente catorze fogos destinados a Habitação Social, designados por Blocos B e C, na Barrada da Igreja Nova em Aljezur, importa agora colocá-los ao serviço da população mais carenciada do Concelho, assim proponho que os mesmos se destinem a arrendamento na modalidade de renda apoiada, nos termos e condições da legislação em vigor.

De modo a operacionalizar o processo de concurso e atribuição por classificação dos fogos em referência, proponho que seja constituída uma comissão com a missão de cumulativamente:

- Supervisionar o processo administrativo de atribuição;
- Verificar e acompanhar os processos de inscrição;
- Verificar as condições de acesso ao concurso;
- Confirmar por recurso aos meios ao seu dispor os elementos apresentados pelos concorrentes;
- Supervisionar o processo de classificação dos concorrentes.

Proponho ainda que esta comissão designada por “Comissão de Acompanhamento e verificação de Condições de Carência de Habitabilidade no Âmbito do Concurso para Arrendamento de catorze Fogos”, seja constituída por:

- José Manuel Velhinho Amarelinho, Vice-Presidente;
- Filipe Jorge dos Santos Almeida, Arquitecto;
- Sandra Rute Viana da Rosa, Técnica Profissional de Construção Civil – Especialista Principal;
- Paulo Jorge Fragoso de Oliveira, Economista.

A Câmara deliberou por unanimidade, retirar o presente assunto da ordem de trabalhos.

#### **ASSUNTOS INTRODUZIDOS NA ORDEM DO DIA**

**- RECTIFICAÇÃO DA ÁREA OCUPADA PELA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ALJEZUR:** – Pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi apresentada a Proposta que a seguir se transcreve:

**“PROPOSTA**

Para construção da Escola Básica Integrada de Aljezur, a Câmara Municipal deliberou nas reuniões de vinte e seis de Novembro, dez de Dezembro do ano transacto e catorze de Janeiro do corrente ano, adquirir diversas parcelas de terreno, sitas em Barrada, da freguesia de Aljezur.

Posteriormente, a Câmara Municipal deliberou nas reuniões de vinte e cinco de Fevereiro e vinte e dois de Abril do corrente ano, autorizar a desanexação das áreas a ocupar pela Escola Integrada, para que a mesma ficasse com uma descrição própria na Conservatória, a fim da mesma ser cedida à Direcção Regional de Educação.

Concluída a construção da Escola e efectuado o respectivo levantamento topográfico, constatou-se que a área ocupada pela mesma é inferior às áreas inicialmente previstas.

Nesse sentido, torna-se necessário rectificar as referidas áreas de cedência, que passarão a ser como abaixo se indica:

**Artigo vinte e três - Secção AR**– [Aquisição a Maria Teresa Veiga de Mendonça e Costa Pereira Neto – parcela com a área de seiscentos e quarenta e dois metros quadrados], quarenta e quatro virgula três metros quadrados área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [quinhentos e noventa e

sete virgula sete metros quadrados] para integração no Domínio Público Municipal, a qual se destina à construção das Infra-estruturas de acesso à Escola Básica Integrada de Aljezur; -----

**Artigo cinquenta e dois - Secção AR-** [Aquisição a Maria Helena de Carvalho Marreiros Almeida Sequeira – parcela com a área de cinco mil oitocentos e dez metros quadrados], quatro mil oitocentos e oitenta e dois virgula seis metros quadrados, área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [novecentos e vinte e sete virgula quatro metros quadrados], para integração no Domínio Público Municipal, a qual se destina à construção de Infra-estruturas; -----

**Artigo sessenta e sete - Secção AR-** [Aquisição a Maria Emilia Cabral Vaz Cintra Lobo e Távora – prédio com a área de dez mil metros quadrados], quatro mil cento e dezassete virgula oito metros quadrados, área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [cinco mil oitocentos e oitenta e dois virgula dois metros quadrados], para integração no Domínio Privado Municipal; -----

**Artigo sessenta e oito - Secção AR -** [Aquisição a Maria Teresa Correia – prédio com a área de sete mil e quinhentos metros quadrados], cinco mil e noventa e dois virgula sete metros quadrados, área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [dois mil quatrocentos e sete virgula três metros quadrados], para integração no Domínio Privado Municipal; -----

**Artigo sessenta e nove - Secção AR-** [Aquisição a Maria Bárbara da Costa Fonseca – prédio com a área de mil duzentos e cinquenta metros quadrados], quinhentos e quarenta e cinco virgula quatro metros quadrados, área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [setecentos e quatro virgula seis metros quadrados], para integração no Domínio Privado Municipal; -----

**Artigo setenta - Secção AR -** [Aquisição a Aurora Viegas Guerreiro – prédio com a área de seis mil duzentos e cinquenta metro quadrados], três mil trezentos e setenta e oito virgula seis, área ocupada pela Escola Básica Integrada, a restante área [dois mil oitocentos e setenta e um virgula quatro metros quadrados], para integração no Domínio Privado Municipal. -----

Total da área ocupada pela Escola Básica Integrada de Aljezur é de dezoito mil sessenta e um virgula quarenta metros quadrados. -----

As alterações supra referidas, não geram quaisquer alterações aos compromissos financeiros anteriormente assumidos. -----

Posta à votação, foi a presente proposta aprovada, por unanimidade. -----

**- PAULA SOFIA MARQUES CONCEIÇÃO - PEDIDO DE SUBSIDIO DE ALIMENTAÇÃO PARA SEU FILHO:** - Foi presente o requerimento datado de dezoito de setembro do corrente ano, a solicitar que seja revisto o indeferimento de subsidio de alimentação do seu filho Hugo Rafael Marques Ramos, que frequenta o Jardim de Infância de Aljezur. -----

Face aos novos dados trazidos ao processo pela requerente, a Câmara deliberou, por unanimidade atribuir o Escalão A, ao aluno Hugo Rafael Marques Ramos. -----

#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

- Não se verificou qualquer intervenção por parte do público presente. -----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** - De acordo com o disposto no nº 3 do Artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e depois de lida em voz alta na presença de todos, a Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a acta em minuta. -----

**VOTAÇÃO:** - Todas as votações foram tomadas nominalmente. -----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E, não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram treze horas e trinta minutos, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente Acta que eu, José da Silva Gregório, Chefe de Secção de Expediente Geral, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo. -----



O Presidente,

---

O Secretário,

---